

# Constituinte deve optar entre o utópico e o real

Ricardo Fiuza (\*)

Neste momento é importante para todos nós uma análise do período histórico que vivemos, cujos ingredientes desenham o ambiente econômico, político e, principalmente, social. O Brasil é um país permanentemente marcado pelo paradoxo da estabilidade estrutural com a instabilidade institucional, onde a esperança de transformar em realidade o seu indiscutível potencial joga, sempre para o amanhã, as possibilidades do hoje, criando, paralelamente, uma atitude do usufruto individual imediato, em prejuízo do coletivo planejado.

A maioria das cobranças que hoje são feitas sobre os homens que detêm um compromisso maior da responsabilidade gerencial e social (que é de todos) é formada de insatisfações passadas, geradas por utopias prometidas e não cum-



pridas, por irrealizáveis. Temos de ter a consciência dessa realidade e assumir o nível de possibilidades concretas, mesmo que sujeitando-nos a pressões injustas de parcelas inconscientes do vulto da sua missão ou incompreensões de minorias radicais.

É muito fácil hoje, como ontem, utilizar o vazio dos discursos demagógicos, tentando espalhar o agrado de promessas impraticáveis. Mas por causa daqueles que assim procederam no passado é que temos um presente carregado de indefinições, tingindo de pessimismo e de negativismo partes do quadro social brasileiro. O nosso compromisso maior deve ser com a verdade e — usando um antigo ditado popular — ela, às vezes, machuca, porém é melhor uma dor momentânea suportável e cicatrizável do que alimentar uma ferida que vai sugando as energias da nação, de forma periódica.

Pensar na ampliação do bem-estar particular sem considerar a natural ecologia do sistema político, econômico e social, que determina um nível de depen-

dência lógica entre instituições, seres e mercados, é iludir-se com uma utopia maior do que a defendida por Thomas Moore. Existem os fatores de ambiente e de atualidade que não podem ser ignorados, principalmente por quem tem responsabilidades políticas neste momento brasileiro, exigindo a revisão de conceitos passados, por muito inteligentes que tenham sido à sua época, assim como a análise da praticabilidade das tantas teorias e linhas ideológicas, para o hoje e para o Brasil.

O "Centrão", como movimento coletivo, tem essa preocupação fundamental de dotar o País de uma Carta constitucional moderna e democrática, respeitando as energias individuais de empreender; respeitando a liberdade de ser, de agir, de conquistar e de ter; disciplinando, mas respeitando, o livre exercício da prática econômica, cujos resultados participam do atendimento das necessidades da sociedade, não apenas daquelas de efeito material mas também das abstratas, do sentir-se útil e do sentir-se realizado,

que são anseios da natureza humana. E sobre esse conceito sedimenta-se a liberdade de cada um dos integrantes do movimento de apresentar, defender e de votar, segundo o seu entendimento particular, questões específicas. Isto é a verdadeira essência da democracia e a razão da existência do "Centrão", que, com o seu surgimento, permitiu a ampla participação de todos os constituintes num processo que estava restrito a uns poucos. Evitou, assim, a frustração de constituintes e, melhor, evitou a frustração da grande maioria global do País que os elegeu para representá-la e defender os seus anseios. Cada um de nós tem temas de importância para a região ou população que representa, mas devemos conviver com a possibilidade de eles serem vencidos diante de uma maioria contrária, sem tornar o fato motivo para radicalismos, agressões verbais — e até mesmo físicas — ou atitudes inadequadas para a nossa posição, considerando o respeito que devemos ao Congresso como instituição

e ao povo brasileiro a quem representamos.

A grande questão que está colocada é se queremos um Brasil moderno, forte, democraticamente estável e possível de tornar concretas as suas aspirações de grandeza, ou um Brasil de falsas promessas, politicamente instável e economicamente inviável. Queremos um Brasil que possa ser maior para as gerações seguintes, mesmo com alguns sacrifícios para a geração corrente, ou a satisfação de uns poucos privilegiados no hoje, em prejuízo de todos no amanhã?

Esta é a grande questão e este é o momento de decidir sobre ela, com plena consciência de sua importância. E, com a experiência acumulada pelos ensinamentos da História e da prática política, vivendo o ambiente do presente mas pensando em um país permanente no seu desenvolvimento, é que temos agido, assumindo, conscientemente, a nossa missão constitucional.

(\*) Deputado federal constituinte pelo PFL de Pernambuco.

ANC X

15 JAN 1988  
ANC P4

15 JAN 1988